

A CONTRIBUIÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO PARA O PROCESSO INCLUSIVO NO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN

Sonia Azevedo de Medeiros¹
Robson Antão de Medeiros²

Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade Federal da Paraíba
soniamedeirosjs@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como tema “A contribuição do centro de reabilitação para o processo inclusivo no município de Jardim do Seridó/RN. Tal Instituição atende a usuários com deficiência ou Necessidades Educacionais Especiais que encontram-se matriculados na rede de ensino do município. Para tanto, apresenta-se como questão de partida, a seguinte problemática: que contribuição o Centro de Municipal de Reabilitação traz para o processo inclusivo no município de Jardim do Seridó/RN? O mesmo tem como objetivo geral, analisar a contribuição do Centro de Reabilitação frente ao processo inclusivo no município. Ainda tem-se como objetivos específicos refletir sobre os fatores facilitadores do processo inclusivo e apresentar a necessidade de se firmar uma parceria entre todos os envolvidos no processo inclusivo. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativa, com aplicação do questionário com oito professores das escolas de ensino regular da rede pública do município de Jardim do Seridó/RN. Buscando compreender a problemática construída, analisou-se os dados da pesquisa, baseados nos estudos de Mantoan (2006), Brasil (2011, 2008, 2001) e Perrenoud (2001, 2000), onde foi possível perceber que a maioria dos alunos com NEE, matriculados na rede regular de ensino, frequentam o Centro, que os educadores percebem na instituição especializada como suporte efetivo para o processo inclusivo, bem como sua atuação na viabilização do acesso e garantia aos direitos da pessoa com deficiência. Ainda destacaram que o referido centro, orienta a inserção de atividades voltadas para o processo de ensino e aprendizagem, bem como o desenvolvimento pleno das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Centro de Reabilitação, Contribuição, Parceria.

1 INTRODUÇÃO

O paradigma inclusivo traz em seu contexto a percepção de que todas as pessoas têm o direito de matricular-se e permanecer na escola com qualidade. Assim, surgem como suporte, as instituições especializadas que sustentam as práticas pedagógicas das escolas, dos pais e dos alunos, auxiliando assim, a ampliação do processo inclusivo mais seguro e eficiente.

Justifica-se então a realização dessa pesquisa que objetiva investigar a contribuição que o Centro Municipal de Reabilitação Infantil Professora Wilde Santos de Medeiros oferece aos discentes e educandos no tocante ao processo inclusivo. Assim, traçou-se como Objetivo Geral analisar a contribuição do Centro de Reabilitação frente ao processo inclusivo no município. E,

¹ Mestranda do Curso de Inovação em Tecnologias Educacionais - UFRN, pós-graduada em Gestão da Educação Municipal – UFPB. Psicopedagoga Clínica do Centro de Reabilitação Municipal Prof^a Wilde Santos de Medeiros. Email: soniamedeirosjs@hotmail.com.

² Professor associado da Faculdade de Direito, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Professor do programa de pós-graduação em Ciências Jurídicas – UFPB.

como específicos, Destacar a importância do processo inclusivo para o desenvolvimento das pessoas com necessidades Especiais; Refletir sobre os fatores facilitadores do processo inclusivo e Apresentar a necessidade de se firmar uma parceria entre todos os envolvidos no processo inclusivo. A fim de encontrar e analisar os dados suficientes para algumas considerações, optou-se por trabalhar com uma pesquisa qualitativa (GIL, 2010), com aplicação de questionário a professores da rede regular de ensino.

Para tanto, este artigo divide-se em cinco partes, onde na introdução apresenta-se a justificativa, problemática e objetivos do trabalho. No referencial teórico discute-se o processo inclusivo como um fator facilitador do desenvolvimento das pessoas com necessidades Especiais. Na terceira parte estão descritos a metodologia utilizada para construção do artigo, tipo de pesquisa, caracterização do Centro de Reabilitação e dos sujeitos pesquisados e ainda a opção por escolher o questionário como instrumento de pesquisa. Na quarta parte, estão a análise e discussão dos dados coletados, onde pode-se perceber a importância da Instituição especializada para a melhoria do processo inclusivo no município. Por fim, estão as considerações finais onde procura retomar os objetivos e principais achados da pesquisa.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INCLUSÃO: UM DIREITO A SER CUMPRIDO

O processo de inclusão trouxe para o contexto escolar um desconforto, de uma vez que até então, não questionava o porquê de tantas pessoas ficarem a margem da escola. As frequentes exclusões tinham origem em conceitos que acreditavam que estas pessoas não atendiam as exigências institucionais. Entedia-se que todos eram iguais e quem, não atendesse a estas expectativas, certamente ficaria fora da escola.

Sob esta realidade, as pessoas eram induzidas a não aceitar e, conseqüentemente, não tinham contato com outros que apresentavam alguma característica diferente. Assim, Perrenoud (2001, p. 69) esclarece que: “a diversidade representa um problema quando não dispomos – ou ainda não dispomos – de esquemas diferenciados correspondentes, pois, nesse caso, a ação pode ser eficaz e, até mesmo perigosa”.

Nesta perspectiva, percebe-se a necessidade de trabalhar-se com o contexto inclusivo na escola, pois é nela que os cidadãos estão sendo formados. Com certeza uma escola inclusiva, amplia as possibilidades da sociedade tornar-se inclusiva também.

2.1.1 As Políticas Públicas

No Brasil tem-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96 que trouxe um capítulo específico sobre a educação especial³, reconhecendo o direito à diferença, ao pluralismo e à tolerância; recomendando inclusive, que esse ensino seja ofertado na rede regular de ensino.

Ao entrar em vigor, a LDB (1996) proporciona uma discussão sobre a necessidade de incluir na escola regular as pessoas com deficiência, ampliando assim, as possibilidades que estavam asseguradas na Declaração de Salamanca de 1994. Em 2011 surge a Política Nacional de Educação Especial, onde Ministério da Educação e Cultura - MEC (2011, p.1) enfatiza que “Dentre as ações desenvolvidas pela SEESP está o apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino para oferta e garantia de atendimento educacional especializado”.

Dentro destas políticas, foram implementadas as seguintes ações (BRASIL, 2011):

- As Salas de Recursos Multifuncionais que são espaços destinados a oferta de Atendimento Educacional Especializado – AEE. Estas salas são equipadas com diversos recursos que proporcionam o pleno desenvolvimento de habilidades e competências das crianças com NEE.
- Programa Escola Acessível (adequação das escolas para acessibilidade), vinculado ao Programa de Dinheiro Direto na Escola – PDDE, dispõe pra escola um recurso financeiro específico par adaptação e formação de professores na área de educação inclusiva;
- Programa Benefício de Prestação Continuada na Escola – BPC, oferece as pessoas com deficiência uma auxílio financeiro para subsidiar as despesas de tratamento, locomoção e alimentação específicas da sua deficiência.

Ao analisar o conjunto de leis e programas que o Brasil dispõe para assegurar a inclusão, percebe-se que já se fez muito nesta área, porém ainda precisa-se ampliar estas garantias, permitindo assim que os objetivos propostos realmente sejam efetivados na prática, e que as pessoas envolvidas diretamente nestes processam percebam as modificações dentro e fora das instituições escolares.

2.1.2 Adequações a Proposta Pedagógica

Percebe-se a necessidade da escola em construir e trabalhar com o currículo. Pois através destes, pode-se realizar adaptações que possam garantir a qualidade do processo inclusivo. Entende-se aqui, que é importante compreender que as crianças possuem caminhos diferentes, e que podem e

³ O MEC conceitua a educação especial como a modalidade que compreende um conjunto de recursos educacionais e estratégias de apoio, que estejam à disposição de todos os alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento.

devem aprender também de modo diferente, atingindo patamares de competências e habilidades peculiares a cada um.

Rodrigues (2003, p.92) esclarece que: “a diferenciação curricular [...] é a que tem lugar num meio em que não se separam os alunos com base em determinadas categorias, mas em que se educam os alunos em conjunto, procurando aproveitar o potencial educativo de suas diferenças”. Portanto, são as adaptações curriculares que podem garantir o acesso da inclusão, onde os discentes podem apreender de modo particular baseando-se em conceitos compreensíveis a sua competência.

2.2 A COLABORAÇÃO DE TODOS: A GARANTIA DE UM ENSINO INCLUSIVO

Quando se fala em escola pensa-se logo em um espaço de aprendizado, oportunidades, desenvolvimento e acesso a uma educação de qualidade para todos independente das condições físicas, mentais ou sociais, pois reconhecemos a escola como um ambiente de diversidades, onde se concentra um universo de raça, cor, religião, sexo, idade, deficiência entre outras características que diferenciam as pessoas umas das outras. Cortesão coloca que:

É preciso ressaltar que a escola e os professores veriam as suas dificuldades de gestão da heterogeneidade muito diminuídas se trabalhassem de maneira diferente, no qual, muitos estão acostumados, tendo o apoio de coordenadores, diretores; bem como de toda a instituição escolar (1998, p. 28,29).

De acordo com autor pode-se afirmar que é verdade, que existe de fato uma diversidade de alunos em sala de aula, cada uma com suas características, habilidades, dificuldades entre outros aspectos que os diferenciam um dos outros, de modo que não se pode negar essa heterogeneidade no âmbito escolar, também é sabido que não é fácil lidar com essa variedade de personalidades e, que é preciso que os professores busquem métodos e profissionais que venham contribuir para o processo de ensino e aprendizado dos alunos, visando a oferta de um ensino de qualidade de forma igualitária.

2.2.1 Família e Escola: buscando o melhor desenvolvimento das crianças com NEE

É suma importância a participação da família no contexto inclusivo das pessoas com deficiências, sendo a família a primeira a aceitar a deficiência de seus filhos para assim possa iniciar um processo de mudanças no contexto a qual estão inseridos, para que assim possam ampliar ações que contribuam para o desenvolvimento de seus filhos, de modo que venham ensinando-os a lidar com as dificuldades que serão impostas em virtude de suas deficiências, bem como ensiná-los a superar cada obstáculo.



Sob esse enfoque Sommerstein e Wessels (2009/1999, p. 416) alerta os pais: “Precisamos nos desviar da culpa e do medo e, em vez disso, investir em nossa instrução e experiência como pais. Não precisamos ‘rotular’ nossas crianças; precisamos, sim, definir o termo ‘vencedor’.” Após o nascimento do filho com deficiência, inicia-se um processo entre a família e a criança com deficiência, que é dividido em três fases a da negação, pois se espera uma criança "normal", a adaptação onde que os pais demonstram dificuldade para lidar com o filho, e por último a aceitação, fase essa onde os pais começam a entender melhor que seu filho tem algumas limitações, necessidades e passam a buscar informações sobre a mesma, no intuito de ajudar o filho a viver melhor, diante de suas condições.

2.2.2 O apoio das Instituições Especializadas

Ao incluir os educandos com NEE na escolar regular, o poder público precisa apoiar estas instituições para que elas sintam-se seguras e assim, possam desenvolver as habilidades de todos os alunos. Assim, é preciso um conjunto de ações que proporcionem uma parceria efetiva entre educadores, pais e equipe especializada que atenda estas crianças.

Os profissionais que realizam atendimentos, geralmente de cunho clínico detém um conhecimento específico da área da saúde que na maioria dos casos, os professores e pais desconhecem. Assim, a parceria torna-se relevante, pois todos podem trocar experiências que se complementam e auxiliam no desenvolvimento das crianças.

Muitas crianças, não tem diagnóstico, o que dificulta os seu atendimento e, também o planejamento de ações mais eficazes, no entanto, os especialistas como: neuropediatras, psiquiatras, psicólogos, psicopedagogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, professores de apoio, e outros surgem como profissionais que podem auxiliar nos estudos individuais de cada caso. Sanches e Teodoro (2007, p.136) acrescentam que:

Os profissionais mais envolvidos na colaboração são os profissionais da saúde. Atendendo a que as necessidades educativas especiais, por vezes, podem ter origem em problemas de saúde e que os profissionais têm um grande impacto no campo educativo, são os mais procurados, a nível de colaboração.

A LDB 9394/96, evidencia em seu Art. 4º, Inciso III, “o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos, preferencialmente, oferecido na rede regular de ensino”. Onde este tipo de atendimento tem cunho pedagógico e deve ser ofertado em horário contrário ao da escola. Tem foco nas potencialidades e/ou dificuldades da criança.

Nas instituições especializadas, geralmente composta por uma equipe multidisciplinar das diversas áreas da saúde, assistência social e educacional, o aluno com NEE tem os atendimentos focados em reabilitação, desenvolvimento das atividades da vida diária, ampliação da autonomia e atendimentos de cunho intelectual. Assim, a parceria e comunicação deve ser constante, para que todos os profissionais da escola e da instituição especializada consigam atingir os objetivos propostos para criança.

Nesta perspectiva Perrenoud (2001, p. 199) destaca que: “A verdadeira equipe começa quando estamos prontos para enfrentar juntos os grupos de alunos, quando cada um aceita avançar como pode, com sua personalidade, seus valores, suas formas de fazer.” Portanto, a equipe torna-se mais forte e eficiente, um apoia-se nas experiências do outro, trocam informações, esclarecem dúvidas, planejam e replanejam suas metas e ações. Essa parceria, professor, equipe especializada e família trazem para todos os envolvidos uma ganho significativo para o desenvolvimento das crianças, pois as incertezas, angústias e ampliação das aprendizagens podem ser compartilhados.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa de descritiva, de cunho qualitativa (GIL, 2010), pois esta analisa os dados de modo objetivo e subjetivo, buscando assim, compreender a realidade estudada e responder a questão de partida.

O lócus da pesquisa, trata-se do Centro Municipal de Reabilitação Prof^a Wilde Santos de Medeiros, fundado no ano de 2004, com o objetivo de apoiar as escolas regulares, os professores e pais na política de educação inclusiva de qualidade. Trata-se de uma Instituição que funciona em parceria com as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social onde cada uma delas, mantém profissionais específicos de sua pasta para atender a clientela matriculada.

Quanto aos recursos humanos, tem-se uma gestora, uma auxiliar de serviços gerais, um porteiro, um motorista, uma psicóloga, uma psicopedagoga, uma fonoaudióloga, uma fisioterapeuta e uma professora de apoio pedagógico. Ainda dispõe de um transporte exclusivo da instituição que atende aos usuários que apresentam problemas de locomoção, que os transportam para os atendimentos e para a escola regular.

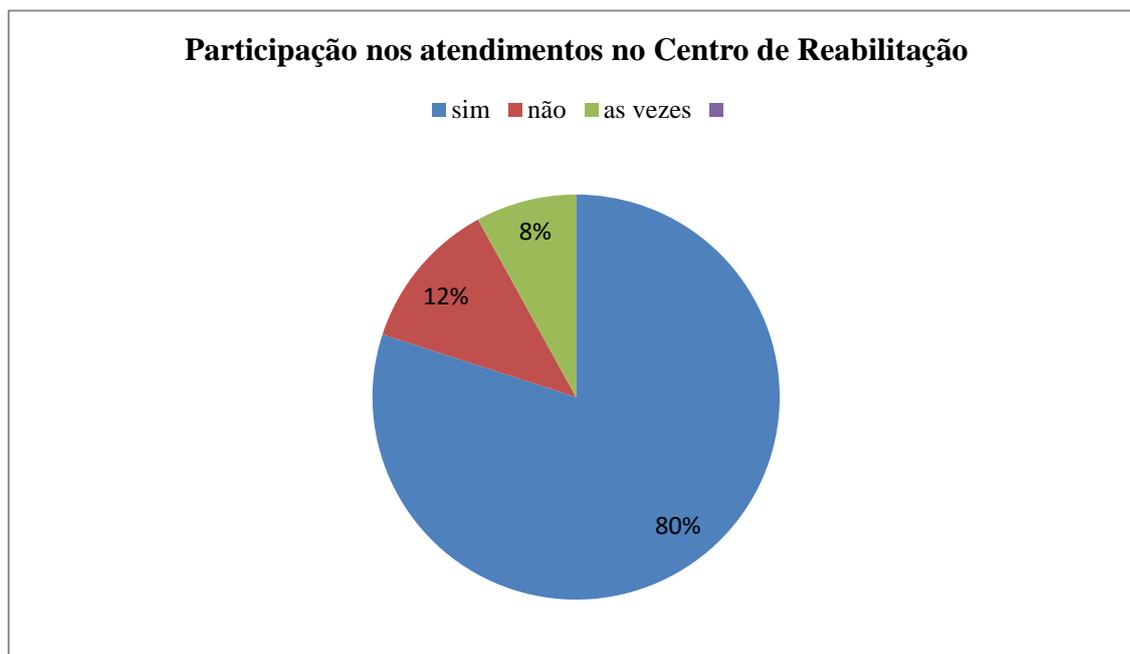
Os professores, sujeitos da pesquisa foram, oito, que fazem parte das redes, municipais, estadual e privada e que, tem alunos com deficiência matriculados na sala de aula. Todos são graduados e especialistas na área da educação e que, já atuam há algum tempo na educação. O

instrumento utilizado foi um questionário (GIL, 2010) composto por cinco questões objetivas e subjetivas, aplicado a oito professores que atuam na educação.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A primeira questão procurou saber se os alunos com NEE matriculados nas escolas municipais frequentam o Centro de Reabilitação. Neste sentido, os professores destacam que:

Gráfico 1: Participação nos atendimentos no Centro de Reabilitação



FONTE: dados da pesquisadora, 2017.

Assim, pode-se perceber que 80% dos alunos com NEE frequentam os atendimentos no Centro de Reabilitação, 12% não frequentam e 8% às vezes participam. Neste sentido, compreende-se que uma parcela significativa dos alunos com NEE tem o apoio dos profissionais que atuam.

Pois de acordo com Brasil (2008) o Atendimento Educacional Especializado - AEE é um serviço da educação especial que tem como objetivo de contribuir, integrar o desenvolvimento do aluno com deficiência, é de suma importância para o processo de ensino e aprendizado desse aluno, tendo em vista as atividades que serão trabalhadas nas salas de recursos, considerando a condição de cada aluno, de modo que essa prática irá colaborar para sua autonomia dentro e fora da escola.

A segunda questão indagou que atendimentos as pessoas com deficiência tem no Centro de Reabilitação, onde assim obteve-se as respostas da tabela abaixo.

Tabela 1: Tipos de atendimento no Centro de Reabilitação.

N	CATEGORIA/SUBCATEGORIA	NER
	Formas de atendimento no Centro de reabilitação	
01	Atendimentos regulares com psicologia, fisioterapia e psicopedagogia	S1, S6, S7
02	Desconheço.	S2
03	Porém devia ter um acompanhamento mais especializado	S3
04	Tem acompanhamento, com atividades especiais, jogos e brincadeiras pedagógicas.	S4
05	Aulas de reforço no horário oposto de suas aulas	S5, S8

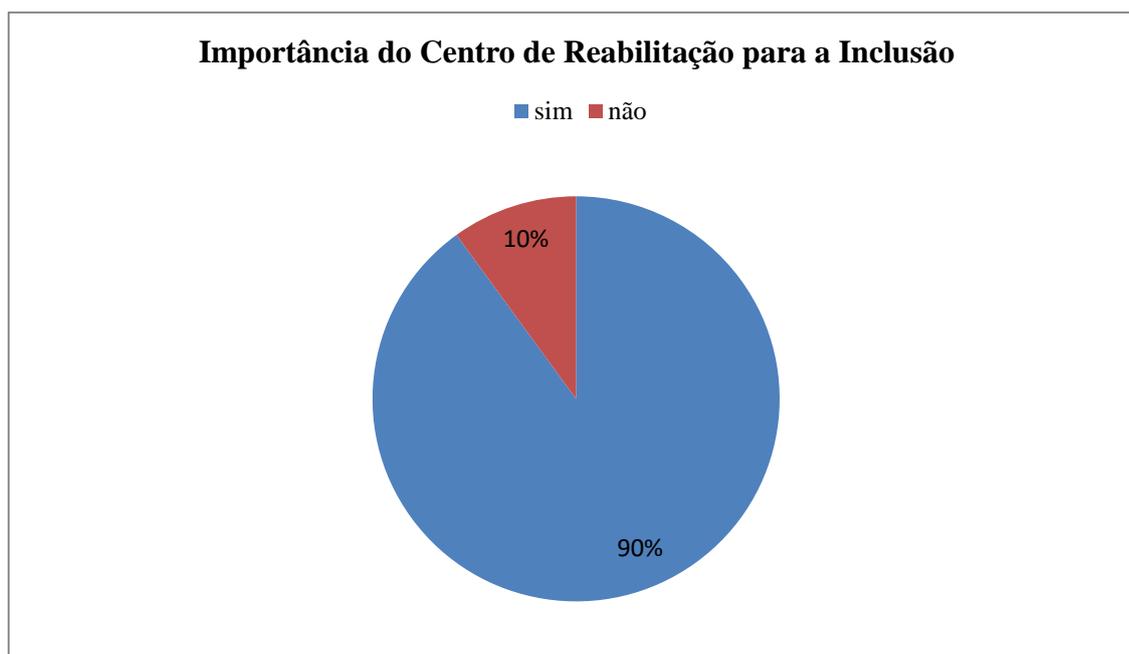
Fonte: dados da pesquisadora, 2016.

Analisam-se nestes dados que apenas um sujeito da pesquisa, afirma desconhecer que seu aluno faz acompanhamento no centro e, ainda, outro ressalta a necessidade de ampliar os atendimentos. Os demais destacaram que eles participam regularmente do setor de psicologia, fisioterapia e psicopedagogia; que ainda, tem acompanhamento, com atividades especiais, jogos e brincadeiras pedagógicas e, aulas de reforço no horário oposto de suas aulas, como uma forma de reforçar o seu conhecimento. Esse atendimento educacional especializado tem como função:

Identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p. 15).

A terceira questão, indagava aos professores se o Centro de Reabilitação era uma instituição importante para o processo inclusivo do município, onde obteve as seguintes respostas:

Gráfico 2: Importância do Centro de Reabilitação para a inclusão



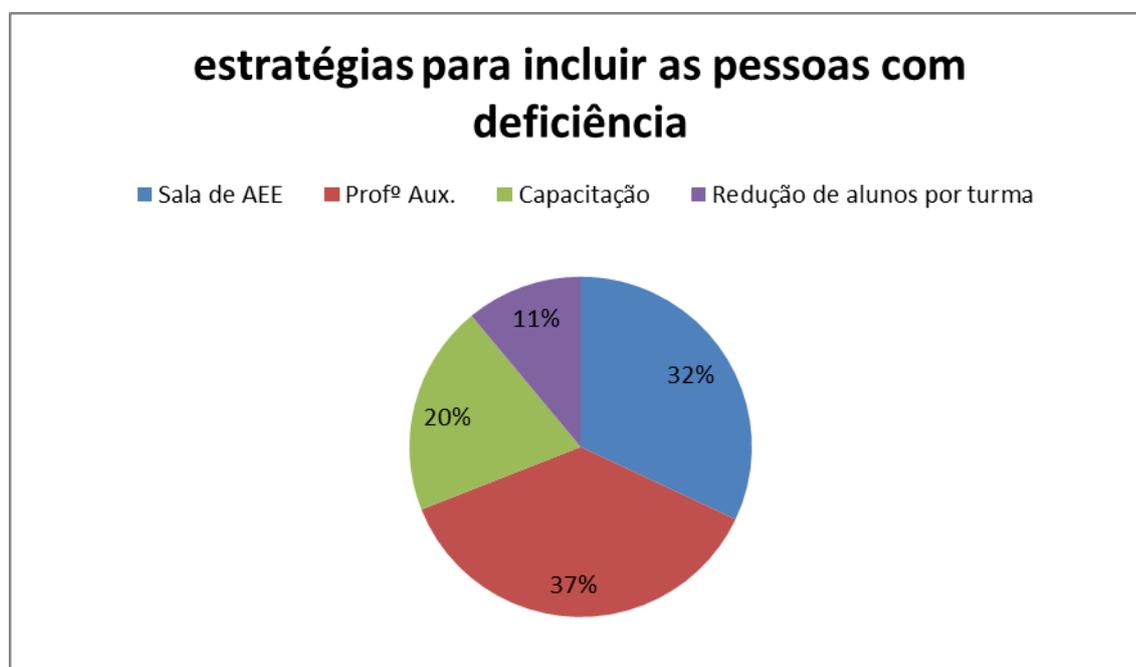
Fonte: dados da Pesquisadora, 2017.

De acordo com dados coletados, percebem-se a importância da instituição especializada para a melhoria e garantia do processo inclusivo no município, onde 90% dos sujeitos disseram que sim e, apenas 10% responderam que não. Ao serem indagados o porquê do Centro não contribuir para a inclusão o sujeito disse que “ainda existe uma distância entre os profissionais do Centro e da escola” (S3). Porém, maioria respondeu que “os alunos estão sendo acompanhados por profissionais especializados” (S1, S2); “os pais são orientados quanto aos direitos e deveres dos seus filhos” (S5, S7) e, “quando temos dúvidas quanto aos processo inclusivo, os profissionais do Centro nos auxiliam” (S4, S6, S8).

Neste contexto, a educação inclusiva é aquela que oferece um ensino adequado às diferenças e às necessidades de cada aluno e não deve ser vista lateralmente ou isolada, mas, como parte do sistema regular. Para tanto, o quesito indispensável para a efetivação deste conceito é o apoio a escola e ao professor (SANT’ANA, 2005; GLAT & FERNANDES, 2005).

Na quarta questão, procurou-se descobrir quais as estratégias que o Centro utiliza para orientar e auxiliar as escolas para garantir o acesso e a permanência das pessoas com NEE na escola regular. As respostas foram as seguintes:

Gráfico 3: Estratégias para incluir as pessoas com deficiência



Fonte: dados do pesquisador, 2017

Como pode se perceber, 37% disseram que contam com professor auxiliar, 32% optam por atendimentos nas salas de AEE, 20% disseram que participam de formações continuadas na área e,

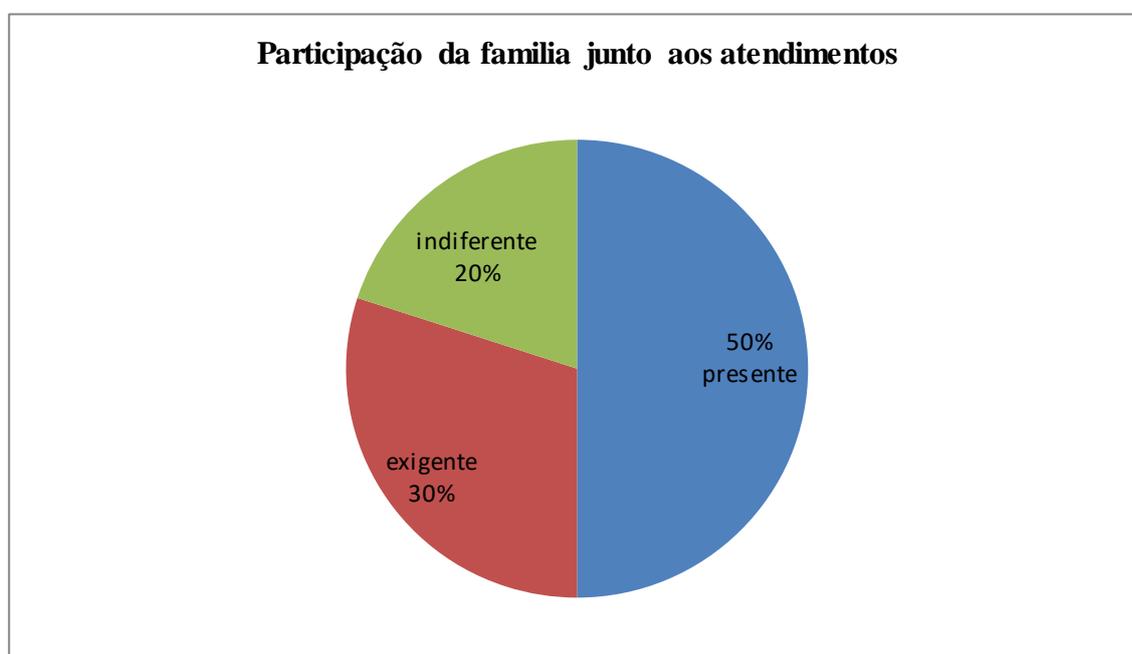
que 11% utiliza como estratégia a redução dos alunos por sala, de uma vez que, o aluno com deficiência depende um pouco mais do professor.

Assim pode-se entender que nas respostas a cima que a formação de professores na área de educação especial poderia efetivamente contribuir para a inclusão, pois de acordo com Mantoan (2006, p.61):

A escola que pretende ser inclusiva deve também proporcionar formação continuada a todos os profissionais envolvidos no contexto educacional, que necessitam de suporte técnico-científico para refletir sobre a prática educacional cotidiana.

A quinta questão indagava se as famílias participavam dos atendimentos da criança junto ao centro de reabilitação, onde os sujeitos disseram que:

Gráfico 4: participação da família junto aos atendimentos



Fonte: dados da pesquisadora, 2017

Os professores ressaltaram no gráfico acima que 50%, das famílias dos autistas são presentes no processo inclusivo dos filhos no âmbito educacional, 20% destas são indiferentes neste processo e 30% mostram-se exigentes e lutam por melhorias no que se refere aos atendimentos que a escola oferece para os autistas.

Pode-se perceber que a maioria da família não participa do processo inclusivo da escola onde seus filhos estão inseridos no ensino regular e o especial. Pois sabe-se que é de fundamental importância a participação da família neste processo.

Afirma Nérici, (1972, p.12): “a influência da família, no entanto, é básica e fundamental no processo educativo do imaturo e nenhuma outra instituição está em condições de substituí-la”. A educação é de fundamental importância para a formação do ser humano, para que ele possa tomar conhecimento das coisas e ter sua própria autonomia.

Quanto aos atendimentos no referido centro a família acompanha a criança em todos, pois os profissionais além de realizarem os atendimentos com o usuário, eles também orientam os familiares quanto às atividades que devem ser realizadas em casa e outros locais que a criança frequenta. Assim, na maioria das vezes, os acompanhantes levam e trazem informações de outros profissionais e pessoas que a criança tem contato.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No tocante a problemática do referido estudo, descobriu-se que o referido Centro contribui de modo eficiente para o processo inclusivo, de uma vez que pode-se perceber que 90% dos sujeitos envolvidos na pesquisa ressaltaram a sua importância e, ainda complementaram que lá os alunos são acompanhados por profissionais especializados, os pais são orientados quanto aos direitos e deveres dos seus filhos, e que, quando temos dúvidas quanto ao processo inclusivo, os profissionais do Centro nos auxiliam.

Quanto ao objetivo geral planejado que era analisar a contribuição do Centro de Reabilitação frente ao processo inclusivo no município, tem-se como análise a percepção de que os sujeitos ressaltaram que as estratégias orientadas pelo centro trazem contribuições significativas para o processo, pois estes sempre recomendam a redução dos alunos por sala quando tem alunos com NEE, de uma vez que, o aluno com deficiência depende um pouco mais do professor, a oferta dos atendimentos nas salas de AEE; ainda recomendam a inserção de professores auxiliares, ainda, oferecem formações continuadas na área para os educadores.

Deste modo ressalta-se que o processo de inclusão não depende apenas da prática profissional dos educadores, mas também da escola, que tem a função social contribuir para esse processo de inclusão, disponibilizando condições efetivas para tal. E que, também o poder público deve oferecer condições para que os sujeitos envolvidos neste processo sintam-se seguros e amparados diante da realidade existente. Por outro lado, a família também precisa fazer parte, participando das ações quando solicitadas e cobrando a efetivação dos direitos e garantindo os deveres dos seus filhos.

Por fim, ao concluir esta pesquisa, espera-se que a experiência aqui destaca pela inserção do Centro de reabilitação Infantil, localizado no município de Jardim do Seridó/RN, possa servir de

inspiração para outros gestores e que assim, estes implementem a oferta deste tão necessário serviço para a todas pessoas que tem NEE, evitando o deslocamento constante para as cidades maiores, despesas com transportes e, ainda o abandono por parte dos familiares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. 2008.

_____. **Lei nº 9394 das diretrizes e Bases da Educação.** 1996.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Marcos político-legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2011.

CORTESÃO, L. O arco-íris na sala de aula? Processos de organização de turmas: Reflexões Críticas. In: Cadernos de Organização e Gestão Curricular. Lisboa: Editora Instituto de Inovação Educacional. 1998.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MANTOAN, T. E. **Inclusão Escolar** – O que é? Por quê? Como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

NÉRICI, Imídeo G. Lar, Escola e Educação. São Paulo: Atlas, 1972.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração de Salamanca.** 1994.

PERRENOUD, P. **A pedagogia na escola das diferenças:** fragmentos de uma sociologia do fracasso. Porto Alegre: Artmed, 2001.

RODRIGUES, D. Educação Inclusiva: as boas notícias e as más notícias. In: _____. (org.) **Perspectivas sobre inclusão** – da educação à sociedade. Porto: Porto Editora, LDA, 2003.

SANT'ANA, I.M. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEPÇÕES DE PROFESSORES E DIRETORES. Psicologia em Estudo. V.10, nº2, p.227-234, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/pe/v10n2/v10n2a09>>. Acesso em: 10 mar. 2017

SANCHES, I.; TEODORO, A. Procurando indicadores de educação inclusiva: as práticas dos professores de apoio educativo. **Revista portuguesa de Educação**, 2007. p. 105-149.

SOMMERSTEIN, L. C.; WESSELS, M. Conquistando e utilizando o apoio da família e da comunidade para o ensino inclusivo. In: STAINBACK, S.; STAIMBACK, W. **Inclusão:** um guia para educadores. Trad. de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2009. (Trabalho original publicado em 1999).